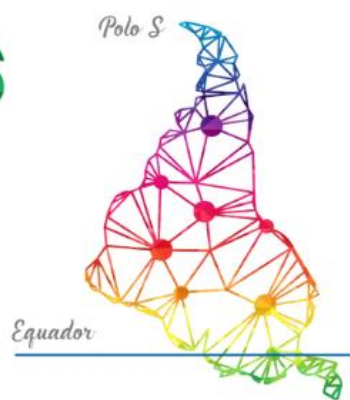




ELABVIS

I ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE BEM VIVER E INOVAÇÃO SOCIAL

**“Como podemos cultivar o Bem Viver nas cidades da
América Latina através das inovações sociais?”**



COLETIVIDADE ORGANIZADA PARA ADIAR O FIM DE FLORIPA : UM EXPERIMENTO SOCIAL A PARTIR DAS CONFERÊNCIAS TERRITORIAIS

INTRODUÇÃO

O presente trabalho versa sobre uma experiência de organização social que foi planejada e realizada no município de Florianópolis, em Santa Catarina, através do Movimento Bem Viver/SC e a Mandata Bem Viver. Essa experiência chamamos de Conferência Territorial dos Direitos Humanos e da Natureza.

A proposta surgiu da necessidade de fomentar a participação popular e a articulação entre moradoras e moradores com os serviços públicos na garantia do acesso aos direitos e à vida digna para, de forma coletiva, debater, dialogar, fomentar e levantar os problemas e demandas dos bairros a partir da participação popular.

No processo, aproxima-se a população dos órgãos públicos, como meio de viabilizar o acesso à informação e a resolução das dificuldades cotidianas que impedem a qualidade de vida das pessoas que habitam, constroem e sustentam as cidades.

Esse acesso à informação e aos direitos, historicamente negligenciados e que se acentuam de acordo com raça, gênero e classe (DAVIS,2016), se agrava recentemente em nossa cidade com a aprovação do novo Plano Diretor (LEI COMPLEMENTAR Nº 739, 2023). O processo de discussão e de elaboração dessa revisão não considerou a população do município, não ouviu de fato as demandas e as reais necessidades da natureza e das pessoas, nem a ausência de infraestrutura básica diante da previsão de adensamento populacional e verticalização das construções.

A revisão do Plano Diretor flexibiliza as legislações de proteção ambiental, colocando o município em uma situação de insegurança jurídica e ambiental. Além do recorte do Plano Diretor, tem-se como elemento importante a nível global o agravamento da crise humanitária e da emergência climática, que impacta severamente uma ilha, como é a cidade de Florianópolis, sendo de suma importância que seus cidadãos estejam devidamente informados e tenham o poder de decidir sobre seu presente e seu futuro.

OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

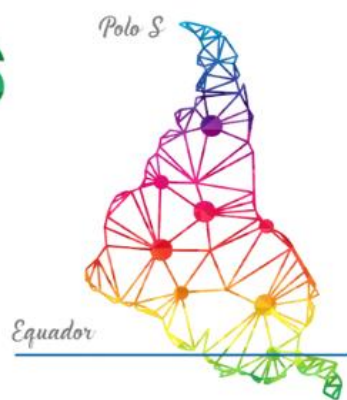
O presente trabalho busca expor os caminhos realizados na construção das conferências territoriais. Partimos do entendimento do conceito de território, tal como Milton Santos elabora, profundamente enraizado nas relações sociais e poder, onde a dinâmica entre diferentes atores e escalas geográficas molda a sua forma e significado. O objetivo geral das Conferências Territoriais foi propor e ensaiar um modelo de cidade e de bairro em que a população participe ativamente na identificação dos problemas públicos e na construção de ações coletivas comunitárias que as superem. Nesse exercício da participação cotidiana e da organização comunitária, vislumbramos um caminho de emancipação coletiva em direção à Sociedade do Bem Viver, livre das opressões, da exploração e da destruição da natureza. No processo, aproxima-se a população dos órgãos públicos, como meio de viabilizar o acesso à informação



ELABVIS

I ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE BEM VIVER E INOVAÇÃO SOCIAL

**“Como podemos cultivar o Bem Viver nas cidades da
América Latina através das inovações sociais?”**



e a resolução das dificuldades cotidianas que impedem a qualidade de vida das pessoas que habitam, constroem e sustentam as cidades.

METODOLOGIA

As conferências territoriais foram realizadas a partir do agrupamento de bairros localizados nos distritos, conforme consta no Plano Diretor da Cidade. A I Conferência Territorial, edição: Campeche, Rio Tavares e Morro das Pedras, representando a região sul e a II Conferência Territorial, edição: distrito São João do Rio Vermelho, representando a região leste. Organizamos em três etapas o processo de construção em cada edição: Etapa 1 - Reconhecimento Territorial; Etapa 2- Aproximação e mobilização de moradores e lideranças e Etapa 3 - Conferência Territorial.

Etapa 1 -Reconhecimento Territorial

Nesta primeira etapa realizamos o mapeamento dos equipamentos públicos de cada bairro; de pessoas, coletivos e associações que se organizavam e estavam se movimentando para o acesso a direitos; assim como levantamento de dados básicos sobre os bairros, a fim de compreender o cenário sócio-econômico-ambiental da região. São exemplos de informações a serem coletadas: quantidade e perfil dos moradores; serviços públicos urbanos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de águas pluviais, disposição e tratamento dos resíduos sólidos, transporte público, energia elétrica; equipamentos públicos comunitários destinados ao acesso à educação, moradia, saúde, cultura, assistência social, esportes, lazer, segurança pública e abastecimento.

Etapa 2 - Articulação E Mobilização De Moradores E Lideranças

Nesta etapa fortalecemos a aproximação e articulação com moradores, lideranças comunitárias e demais pessoas interessadas que lutam através dos conselhos, de associações comunitárias e demais organizações coletivas. O objetivo dessa etapa foi envolver esses atores na construção da Conferência Territorial.

Etapa 3 - Conferência dos Direitos Humanos e da Natureza

A realização das Conferências foi o momento de reunir o máximo possível de pessoas dos bairros do território para:

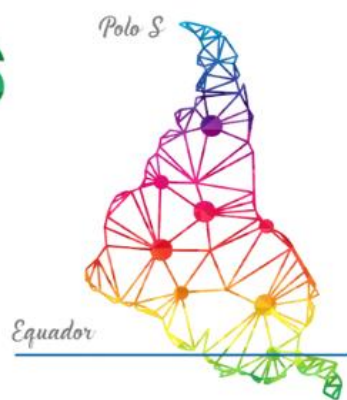
- 1) Apresentar órgãos públicos presentes, suas competências e o objetivo da Conferência;
- 2) Identificar os problemas e as demandas coletivas do bairro, com metodologia participativa;
- 3) Sistematizar as prioridades de reivindicação coletiva e possíveis encaminhamentos junto aos órgãos públicos a fim de fortalecer as instâncias democráticas amplas de consulta e debate;
- 4) Definir estratégias de acompanhamento de resolução das demandas encaminhadas e possíveis ações de mobilização e organização comunitária.



ELABVIS

I ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE BEM VIVER E INOVAÇÃO SOCIAL

**“Como podemos cultivar o Bem Viver nas cidades da
América Latina através das inovações sociais?”**



RESULTADOS E CONCLUSÕES

O processo de construção das conferências territoriais dos direitos humanos e da natureza, nos ensinaram muito sobre organização social e participação popular. Nesses espaços, além da conferência, também realizamos feiras de economia solidária e espaço de acolhimento para crianças. Desta forma, criando condições para participação de mães e pessoas responsáveis por crianças. Nessa caminhada, entendemos, assim como Milton Santos, que o território não é apenas uma extensão física de terra delimitada por fronteiras políticas, mas sim um espaço socialmente construído e dinâmico, onde as relações sociais, econômicas, políticas e culturais desempenham um papel fundamental na sua configuração e significado. As conferências territoriais demonstram isso, nas plenárias e, antes mesmo da realização delas, quando caminhamos de casa em casa, dialogando com moradoras e moradores dos bairros e nas aproximações com as organizações comunitárias. É muito potente compreender o território como um espaço de criação e de autoorganização.

Sobre os encaminhamentos das conferências, chegamos no levantamento de algumas demandas: na conferência territorial dos direitos humanos e da natureza, edição Campeche foram levantadas três grandes lutas para se mobilizar nos próximos meses. As demandas referentes aos direitos humanos foram sobre o fortalecimento do Movimento UPA SUL FICA; segurança das mulheres e das crianças e mobilidade urbana. No campo das demandas dos direitos da natureza foi levantado a necessidade de criação de um conselho local ambiental; a criação de um documento de responsabilização sobre a qualidade das águas, resíduos e parques e a elaboração de um planejamento urbano e de infraestrutura ecológica. Na Conferência Territorial dos direitos humanos e da Natureza, edição São João do Rio vermelho, foram decididas cinco grandes lutas: Macrodrenagem, Habitação, Saúde Pública/Educacional; Segurança e Mobilidade. Entendemos, depois de muito debate e votação, que a grande luta para colocar todos os esforços e mobilização em defesa da natureza foi a luta sobre a Macrodrenagem. Atualmente, nós enquanto Movimento Bem Viver, estamos numa grande aliança na cidade, junto a outras forças políticas, construindo um plebiscito contra as terceirizações na cidade, isso é resultado do trabalho realizado pelo Movimento UPA SUL FICA e que foi fortalecido a partir das Conferências Territoriais. Além disso, seguimos em luta na defesa do Rio Vermelho, que vem sendo destruído pelo poder público a partir da obra de macrodrenagem, a população e a comunidade seguem ativas na resistência no bairro, criando estratégias de autodefesa e na luta pelos direitos da natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016, 244p.

SANTOS, Milton. Manual de Geografia Urbana. São Paulo, EdUSP, 2008.

FLORIANÓPOLIS. CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, Lei Complementar nº 739, Florianópolis, SC, 2023



ELABVIS

I ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE
BEM VIVER E INOVAÇÃO SOCIAL

**“Como podemos cultivar o Bem Viver nas cidades da
América Latina através das inovações sociais?”**

